

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

05.09.2018

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE
05.09.2018

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 26^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 17, de 2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidade nos contratos celebrados com as organizações sociais de Saúde pelas prefeituras e pelo Governo do Estado.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Cássio Navarro; Marco Vinholi; Carlos Neder; Edmir Chedid, na Presidência; Coronel Camilo; Barros Munhoz; e Caio França.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós recebemos um documento na CPI assinado por João Batista Tavares, que é um advogado. Ele faz uma série de considerações questionando o entendimento do Tribunal de Contas do Estado a respeito do tipo de relação mantida entre as organizações sociais e o Poder Público. Gostaria de pedir a V. Exa. que visse junto ao Tribunal de Contas do Estado se já recebeu esse documento e se há alguma manifestação do Tribunal de Contas acerca do que está aqui contido.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, Excelência. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Também gostaria de informar a V. Exa. que, diante da controvérsia sobre a remuneração do Dr. Nacime Salomão Mansur, eu dei entrada com um ofício por meio do qual eu peço que V. Exa. entre em contato com o Ministério do Trabalho e a Controladoria Geral da União, porque isso foi sugerido pelo Tribunal de Contas do Município, para nós sabermos exatamente quanto é recolhido de Fundo de Garantia e com base em qual salário é feito esse recolhimento, para que não restem dúvidas sobre a remuneração do Dr. Nacime.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, Excelência, vamos fazer os contatos rapidamente. Dando sequência aos trabalhos, solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Comunico aos Srs. Deputados que a representante do Tribunal de Contas do Estado é a Sra. Marcela Pégolo da Silveira e o representante do Tribunal de Contas do Município, que acompanham esta CPI, é o Sr. Sérgio Minoru Sataki.

Dando continuidade dos trabalhos, vamos ao Item 1 da pauta: Apreciação de requerimentos.

Item 1 - Requerimento nº 96, datado de 20 de Agosto de 2018, de autoria do nobre deputado Marco Vinholi. Requer que sejam convidados os seguintes representantes da Oscip Adesaf - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias: Sra. Nayene Ponte do Carmo, atual presidente da ONG, e Sra. Fernanda Adelaide Gouveia, fundadora e ex-presidente, atualmente presidente da Univesp, para prestarem esclarecimento sobre contratos irregulares com a Prefeitura de São Vicente.

Em discussão.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, solicito vista do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica concedida vista ao nobre deputado Caio França pelo prazo regimental.

Item 2 - Requerimento datado de 31 de agosto...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. A vista é para o titular e o suplente? Dois membros podem pedir vista, e daí se esgota o pedido de vista por partido. É isso?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exatamente, Excelência. O entendimento é o mesmo das comissões temáticas da Casa.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Então, na semana que vem, esse requerimento volta para apreciação?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Volta, Excelência.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Perfeitamente. Então eu também quero pedir vista do item 2, uma vez que foi pedida vista para a convocação do Dr. Danilo, o atual titular da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviço de Saúde, para que possamos ouvir os dois juntos, o anterior e o atual.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O Dr. Danilo já foi convocado, não é?

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Foi solicitado e colocaremos na pauta. Fica concedida vista ao nobre deputado Marco Vinholi do item 2 da pauta, Requerimento nº 103/2018, pelo prazo regimental.

Item 2 - Proceder às seguintes oitivas:

2.1 - Sra. Michele Aparecida...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, solicito a inversão da oitiva, para que possamos ouvir primeiro o vereador primeiro Geraldo, de Amparo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Havendo concordância dos Srs. Deputados, faremos a inversão da pauta, do item 2.2. - Dr. Geraldo Afonso Moreira Gomes, vereador do município de Amparo. Por gentileza, tome assento aqui ao nosso lado.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Amparo é a terra da minha mãe, deputado Edmir Chedid. Vossa Excelência e o deputado Barros Munhoz que tomem tento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu não vou dividir voto com mais um lá.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu tenho meus dez ou 15 votos lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Há espaço para todo mundo.

Dr. Geraldo, agradeço sua presença. O senhor foi convocado para vir a esta CPI para que a CPI faça a sua oitiva. Pelo termo do nosso Regimento Interno, solicitamos que o senhor preencha estes dados, que são de um termo de compromisso do depoente, como há em qualquer lugar. O senhor assina dizendo que foi advertido a dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Enquanto o Dr. Geraldo assina, quero parabenizar a CPI. Ontem nós tivemos mídias favoráveis à Assembleia Legislativa quanto aos trabalhos dos deputados da CPI, então temos que cumprimentar a todos. Quero registrar, com muita alegria, a presença do nobre deputado Roberto Massafera. Muito obrigado.

Dr. Geraldo, normalmente nós damos de cinco a dez minutos para que o senhor faça a explanação inicial, e depois abrimos aos questionamentos dos Srs. Deputados. Fique à vontade. Obrigado pela sua presença, seja bem-vindo a esta que também é sua Casa.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado a todos os deputados que aqui estão. Obedecendo à convocação, aqui estou para prestar os possíveis esclarecimentos pertinentes à CPI.

Eu sou médico e passei a ser vereador a partir de 2016. Como vereador, venho cumprindo a fiscalização, e não só o ato de fiscalizar, como um vereador é obrigado a fiscalizar, dos erários públicos. Assim venho fazendo em vários setores da Prefeitura,

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

entre eles a Saúde, o que levou a essas supostas irregularidades, que foram encaminhadas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Fico aqui à disposição dos senhores para responder às perguntas pertinentes.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se o senhor puder, faça um resumo dessa sua denúncia ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para que os deputados tomem ciência.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - A minha denúncia ao Ministério Público foi feita em 25/10/2017. O número, se os senhores quiserem, é 1813, de 2017. No Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ela fica sob o nº 0001.7252.989.17-13. As duas têm, basicamente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, gostaria que ele informasse a data dessa denúncia do Tribunal de Contas, por favor.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Dia 25/10/2017, às 14 horas e 43 minutos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor pode dar sequência, explicando um pouco do que se trata, para que os deputados tomem conhecimento.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Como vereador, analisando os documentos, nos quais, possivelmente, no meu entender, poderia haver alguma divergência, um deles foi da OS sobre a qual estamos tratando aqui hoje. Dentro do conjunto de irregularidades que foram observadas, muitas delas poderiam ficar no universo das recomendações, Sr. Presidente, não necessariamente graves, mas no universo das recomendações.

Então eu irei para as quais eu acho que não são somente recomendações. Por exemplo, o prejuízo ao erário público seria uma das irregularidades que não são só recomendação; a fragilidade das justificativas apresentadas para a contratação dos

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

serviços médicos por meio da interposta; a atividade-fim, na impossibilidade de terceirização; a burla ao concurso público. Enfim, seriam essas.

Portanto, algumas irregularidades foram observadas aqui. Eu gostaria que os senhores, que me convocaram, indagassesem quais as possíveis dúvidas, pois essa representação já se encontra no Ministério Público desde 2017. Ainda tramita, não sei em que pé está, nem no Tribunal nem no Ministério Público, mas estou aqui para responder.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Algun deputado? Até agora, não, Excelência. Vossa Excelência quer se inscrever?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quero.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Senhor Geraldo... Ele assinou o compromisso de dizer a verdade, sob pena de...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sob pena de responder judicialmente caso contrário? Ótimo. O senhor falou que fez três considerações ao Tribunal de Contas.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Duas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Duas? Quais são?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois é, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Ao Tribunal de Contas, quais foram as considerações do senhor? O senhor poderia repetir?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Ao Tribunal de Contas?
As mesmas do Ministério Público.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quais? Por favor, eu queria que o senhor repetisse.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Das possíveis irregularidades no processo licitatório...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quais irregularidades? O senhor menciona?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Ausência de um parecer jurídico na fase interna da licitação; contradição do parecer jurídico; ausência de parecer jurídico e da pesquisa de preços no aditamento na primeira fase - fase de licitação; parecer jurídico equivocado e evasivo no aditamento nº 2; divergência entre as cláusulas que estabelecem o momento para os pagamentos à contratada...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso tudo é referente ao contrato?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, ao processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - De quando é o contrato? Quando foi celebrado esse contrato?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu vou pedir só para que eu possa ler meus documentos. São tantas...

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Fique à vontade para fazer a leitura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Até 17 de setembro, nós temos tempo para chuchu aqui, segundo nosso presidente está determinando, e nós vamos cumprir. Até dia 17 nós estamos aqui, à disposição.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É um dos mais assíduos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mais assíduos. Porque “vê-ô-vô”, “tê-ô-tó”, a gente já tem, não? Voto. A gente já tem. Agora, vamos ficar trabalhando aqui.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - O contrato foi assinado no dia 16 de janeiro de 2015.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor entrou com a representação quando?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Em 2017.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor demorou dois anos para tomar conhecimento ou já tinha conhecimento?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Demorei dois anos. Não tinha conhecimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E como o senhor tomou conhecimento? Esse contrato não foi contestado nesses dois anos? Tudo isso que o senhor falou que denunciou...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - A partir de 2016, quando entro na vereança, outras pessoas estavam falando que deveriam ser vistos. Como

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

fiscalizador do erário, procurei estudar e buscar alguns indícios que pudessem levar a supostas irregularidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sei. Até 2016, então, não havia nada na imprensa criticando o contrato? A Câmara também não falava sobre o contrato - e nada? E o senhor também não falou nada sobre o contrato em 2015, 2016 e 2017, até a data da sua denúncia?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Até a data da minha denúncia, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor nunca se pronunciou na Câmara? O senhor está sob juramento.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Nunca me pronunciei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não? Podemos verificar os arquivos da Câmara?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Contra o Gamp? Nunca.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nunca. Nem a Câmara se manifestou sobre esse contrato e sobre qualquer ilegalidade? Nem a imprensa? Nem o Jornal da Tribuna, de lá?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pelo que eu sei, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor leu o jornal?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pelo que eu sei, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor leu o jornal?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pelo que eu sei, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - De repente, o senhor não lê. O senhor lê o jornal? Se o senhor lê e não sabe, a sua resposta tem uma força; se o senhor não lê, tem outra.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pelo que eu sei, não houve essa irregularidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não houve nada? Começou quando o senhor fez a denúncia ao Tribunal de Contas?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ótimo, excelente, muito bem. Então, o senhor está sendo um excelente e zeloso vereador em Amparo. O senhor é adversário do prefeito?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - De forma nenhuma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não? O senhor é companheiro?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Colega.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Como colega? Médico? O prefeito é médico?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Para ser colega, não precisa ter a mesma profissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ele é vereador?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Já foi vereador.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Colega do senhor, não. Ou é médico ou vereador, mas tudo bem. Quero saber se o senhor tem votado com o prefeito ou contra o prefeito. Situação e oposição, é assim que se define, a não ser quando muda o governo. Quando muda o governante, de repente, quem é governo...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Ou quando muda de partido também.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ou quando muda de partido também. Aí, você continua mantendo os mesmos princípios.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu tenho votado da maneira mais justa possível, dentro da lei e em prol da minha população local.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas o senhor não se define, então, nem como situação nem como oposição?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, eu sou uma pessoa neutra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Muito bem. O senhor começou a falar das irregularidades do parecer jurídico. O senhor não tem nenhuma denúncia. O senhor falou que reconhece que as suas denúncias poderiam gerar uma... Que consequência poderiam ter as suas denúncias ao Tribunal de Contas? O senhor mencionou. Recomendações - foi isso que o senhor disse?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Exatamente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não “reprovação”?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Recomendações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Recomendações, só. Isso porque o senhor acha que não era nada grave?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim. Uma grande parte eu acho que fica nesse universo das recomendações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque não eram graves, não é verdade? Se é recomendação, é porque não é grave.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, porque é uma recomendação, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso, ótimo. Até porque o contrato já tinha sido analisado pelo Tribunal de Contas, não tinha?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, deveria ter sido, não é?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E tinha sido aprovado? Tinha, não é?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Tinha sido aprovado, mas tinha algumas recomendações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah... Que coisa triste. Sr. Presidente, quem o convocou? Foi o deputado Carlos Neder? Foi V. Exa. que convocou?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Aliás, eu deveria ser o primeiro a falar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vossa Excelência não quis.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O presidente tem uma norma. Eu respeito a norma, mas de qualquer forma eu entendo que V. Exa...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não tinha ninguém escrito; V. Exa. não estava inscrito.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não é obrigado a se inscrever, porque quem faz o requerimento é o primeiro a falar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então, deveria ter passado a palavra a Vossa Excelência. Então, passe a palavra, Sr. Presidente; vamos cumprir o Regimento, embora tardiamente. Eu devolvo a palavra e depois continuo a formular minhas perguntas. Tudo bem, V. Exa. tem a palavra. Depois, quero meu tempo para continuar perguntando.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem. Eu gostaria de saber: o senhor é médico?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor foi eleito pelo Partido Popular Socialista - PPS?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Exatamente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse é o seu partido?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Esse é o meu partido.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Para nós é importante saber se essa iniciativa sua partiu de informações obtidas na imprensa, ou de que maneira o senhor tomou conhecimento do problema dessa licitação.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Na verdade, como que eu tomei esse...

Em linhas gerais, eu sou um médico PSF e, nessa época, foi contratada a OS. Eu ainda não era vereador. Existiam conversas paralelas, dos colegas que trabalhavam pela OS, de valores, enfim, nada fidedigno, nada provado, mas eram boatos de que ganhavam mais do que o concursado, enfim. E isso foi prosperando nesses anos, o que me levou a investigar não só a OS, mas outras coisas também. “Fiscalizar” - acho que é o nome mais correto.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sim, mas o senhor trabalhou não para o Gamp...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não trabalhei para o Gamp. Eu sou funcionário público.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não trabalhou?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Há várias matérias na imprensa tratando dessa organização social. O senhor chegou a investigar se, de fato, ela é uma organização social ou não?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Na verdade, é uma organização de Saúde, uma organização social de saúde.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Ela é uma entidade privada qualificada como organização social, não é? Esse tipo de denúncia que o senhor fez ao Ministério

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Público e ao Tribunal de Contas está relacionada ao fato de ter constatado que ela era uma OS e que fez contratos com a prefeitura, que o senhor julgou irregulares...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Supostamente irregulares.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Ou simplesmente a partir de denúncias de mau funcionamento, problemas na remuneração dos trabalhadores? O que foi determinante para que o senhor entrasse com essa representação?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Acho que foi esse valor a mais que falavam nessa época. E não só isso, mas a falta de pagamento também. Hoje, se pode procurar no Executivo da minha cidade, e há processos de médicos, processando a OS pelo não recebimento dos seus salários, e a prefeitura está sendo executada como subsidiária.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse tipo de informação consta como anexo da sua representação?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, não consta, mas isso tem lá na Prefeitura, isso existe.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o senhor tem acompanhado o andamento dessa denúncia, seja do Ministério Público ou no Tribunal de Contas do Estado?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Por enquanto procura acompanhar. Por enquanto eu não sei ainda em que pé que está essa... Nem a do Ministério Público, nem a do Tribunal.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela leitura que o senhor fez, isso gerou um inquérito no Tribunal de Contas, que é esse número que foi lido, é isso? E no Ministério Público, a representação foi aceita ou foi arquivada?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foi aceita.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor sabe o número dessa representação? Gerou um inquérito também no Ministério Público?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - O número que eu passei desse processo, o 0001.7252.989.17-3.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Essa é a numeração do Ministério Público, então?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não. Do Tribunal de Contas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Essa é a do Tribunal de Contas. E a do Ministério Público, qual é?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Do Ministério Público eu só tenho a de entrada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse certificado o número do Tribunal de Contas e informado, corretamente, se é inquérito ou não, porque não consta que haja inquérito no Tribunal de Contas. O que existe é um apartado, como de rotina, é um apartado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Essa questão é irrelevante para sabermos se foi julgada consistente ou não a sua representação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não. É exatamente porque não é julgado, exatamente por isso. É porque não é julgado. Não há esse recebimento de denúncia. Não

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

existe isso no Tribunal de Contas. Não existe. Essa informação que ele está dando é falsa.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Como falsa, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque não existe. O que não é correto é falso. É por isso. Não é correta, então é falsa.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Temos aqui a presença do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Tem a presença do Tribunal de Contas. Aliás, Sr. Presidente, V. Exa. tem uma mania muito já característica de dar umas bicadinhas, sobretudo quando as pessoas não estão presentes.

O senhor falou ontem uma inverdade. Eu não falei contra o Tribunal de Contas, eu não desgosto do Tribunal de Contas. Eu sou uma pessoa que respeita o Tribunal de Contas, os conselheiros, a instituição. Não é V. Exa. o único defensor do Tribunal de Contas. Vossa Excelência defende, realmente; eu reconheço que sim. mas eu também defendo o Tribunal de Contas.

Queria fazer essa observação porque chegou ao meu conhecimento, e eu fiquei bastante chateado com isso, bastante chateado com isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou mandar o filme para V. Exa. o que V. Exa. falou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por favor.

Mas, quero deixar bem claro: não há recebimento de denúncia. Não há recebimento. Eu estou afirmado, peremptoriamente, que não há.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu apenas ia perguntar se o Tribunal de Contas está presente. Nesse caso, é importante que, posteriormente, o Tribunal nos

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

informe que providências tomou, tendo recebido essa representação. Acho que a mesma dúvida cabe ao Ministério Público Estadual.

Quero perguntar ao doutor se tem conhecimento desta matéria de 2015: “Empresa contratada por 45 milhões para gerir Saúde é alvo...”

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, V. Exa. está passando algum documento para ele?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não, Excelência, eu estou pegando os documentos para ver o protocolo, que V. Exa. ainda perguntou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, bom. Ainda bem. Obrigado. Assustei.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Até vou solicitar para deixar cópia aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A nossa CPI vai girando e, invariavelmente, chega a certos municípios. Veja só: em 2015, em 18 de dezembro, “empresa contratada por 45 milhões para gerir Saúde é alvo de denúncias em São Paulo. Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública, Gamp, irá gerir o Hospital São Lucas e a UPA Santa Luzia. A Santa Casa fica com as UBSs”.

E, aí, fala da Prefeitura de Ribeirão Pires, que já esteve por aqui, envolvendo, inclusive, outras organizações sociais.

“O Gamp - Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública fará a gestão do laboratório de análises clínicas, urgência, emergência e central de transporte, incluindo o Hospital e Maternidade São Lucas e a UPA Santa Luzia. O contrato é de 42,2 milhões. Juntas, as organizações irão receber 62 milhões, sendo que o Orçamento da Secretaria é de 93 milhões”; isso em Ribeirão Pires.

E, aí, a matéria da “Folha de S. Paulo”, tratando da presença do Gamp em Ribeirão Pires, menciona que esta mesma empresa, o Gamp, teve problemas em Avaré

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

em 2014. Em 2014, a Câmara de Avaré encaminhou ao Ministério Público denúncia quanto à irregularidade na contratação e serviço do Gamp.

O jornal levantou que o responsável pelo fornecimento de mão de obra médica para os plantões não cumpriu o especificado em contrato.

Depois, houve uma outra denúncia em Bom Jesus dos Perdões. Contratou o Gamp para terceirizar o atendimento no hospital, porém o que se viu foi uma desorganização total, com médicos fazendo misteriosos plantões de 36 horas.

Eu sou médico também, o senhor é médico. Eu, quando fui secretário da Luíza Erundina, acabei com os plantões de 24 horas, porque é humanamente impossível a pessoa dar plantão de 24 horas e se manter lúcida, atendendo adequadamente os cidadãos.

Imagine um plantão de 36 horas. Significa um dia inteiro e mais 12 horas do dia seguinte.

Gostaria de perguntar para o senhor se esse tipo de denúncia que envolve Ribeirão Pires, Avaré e Bom Jesus dos Perdões, se o senhor detectou algo semelhante na análise que fez.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não. Não foi detectado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor acompanhou essas denúncias?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não acompanhei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não estava a par dessas denúncias?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não estava.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Veja só: “Em 2018, auditoria aponta problemas na prestação de contas da empresa que administra unidades de Saúde e hospitais de Canoas. Entidade vai receber quase um bilhão de reais em cinco anos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Ministério Público investiga o Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública, Gamp”; isso lá no Rio Grande do Sul, em fevereiro.

Informa a matéria que o grupo assumiu, em dezembro de 2016, a administração de uma UPA, quatro unidades básicas de Saúde e dois hospitais, sendo um deles universitário e o outro o Hospital Pronto Socorro, numa validade de contrato por cinco anos com valor aproximado de um bilhão de reais.

Foi questionado à Prefeitura se havia um controle sobre a atuação do Gamp. Localizaram lá que o Gamp tentou retirar dinheiro da Prefeitura de Canoas para pagar alugueis das salas comerciais que ela tem em São Paulo, onde funciona a sede do Gamp. Ou seja, tem um contrato com a Prefeitura de Canoas no valor de um bi no período de cinco anos; tira uma parte do dinheiro e saca o dinheiro para pagar aluguel aqui em São Paulo. O senhor tinha conhecimento desse tipo de informação?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não tinha conhecimento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Além do problema de tirar dinheiro para pagar aluguéis, foram bloqueados os pagamentos de outras despesas no valor de seis milhões de reais. Auditoria também apontou distorções na folha de pagamento: salários altos, profissionais na mesma função recebendo dois ou três tipos de salários - para uma mesma função - e aqui faz uma referência à gerente do Gamp Michele Câmara, que ouviremos a seguir tentando explicar o porquê dessas denúncias.

Como já vimos em outras OSs, inclusive, ontem, há uma denúncia sobre gastos pela OS acima dos valores contratados com o Poder Público. Então, firma-se um contrato de gestão com o Poder Público e, estranhamente, a OS gasta mais do que está autorizada no contrato, gerando, portanto, um déficit mensal - neste caso, de quatro ou cinco milhões, dependendo do mês.

Ficamos com a dúvida: por que uma OS exerce uma função além daquilo que está autorizada, gerando uma dívida, ou se, na prática, cumpriu a meta a um custo mais elevado, gerando, portanto, uma diferença de valores. Faz referência à questão de atrasos salariais e o não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso é em Amparo?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não. É para entendermos qual foi o grau de profundidade da investigação que o médico e vereador fez.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ele já disse que não fez nenhuma; já disse que não leu nada. Ele afirmou que não teve nenhum conhecimento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Estamos colocando em questão a seriedade e a profundidade do estudo que o senhor fez. Veja bem, estamos aqui rapidamente levantando questões que o senhor também poderia levantar ou agregar, depois, à representação que fez.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, mas ele já afirmou que não verificou nada disso. Ele não teve conhecimento, ele afirmou isso.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu vi. Eu fui vereador por vários anos e, como vereador, investiguei o escândalo dos frangos do Maluf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, V. Exa. está induzindo o depoente. Pelo amor de Deus, deputado Neder. Aliás, estou chocado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência quer ou não quer que seja investigada a questão?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Para mim já terminou a investigação. Para mim já terminou.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência não quer que seja investigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu não quero? Vossa Excelência vai ver como eu quero, vai ver como eu quero. Vamos até o fim que V. Exa. vai ver só como

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

quero. Eu estou adorando esta investigação, porque está mostrando que é pígia, é grotesca, é inventada, é fabricada por razões políticas e eleitorais - e eleitorais.

Está evidente. O senhor está tentando pôr na boca do depoente palavras.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu não sou do PPS, nem sou da base governista, nem sei quem ele apoia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Atualmente, V. Exa. é sim da base governista aqui na Assembleia Legislativa. Vossa Excelência é da base governista atual.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não sou. Ah, está bem. Eu estava dizendo que o vereador, quando faz uma denúncia, como eu fiz no escândalo dos frangos, no Leve Leite e outras, você acompanha e anexa à denúncia original novas informações que vão chegando e que vão sendo agregadas à denúncia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vossa Excelência está falando de coisa séria que faz. Aqui nós estamos vendo, ele já falou que não sabia de nada, que não fez nada, que não leu nada, que não teve conhecimento de nada. Ele já falou, está registrado o que ele falou, deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Veja bem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deixe ele terminar, V. Exa. também vai ter essa oportunidade.

Eu queria registrar que é importante recebermos alunos, sempre que venham visitar a Assembleia. Quero agradecer a presença dos alunos do 9º ano do Colégio Madre Alix, de São Paulo. É importante vocês visitarem a Assembleia, sempre tomando conhecimento. Muito obrigado. Fiquem à vontade para acompanhar a CPI. (Palmas.)

Devolvo a palavra ao nobre deputado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Estou tentando entender, não tenho nenhum interesse em nada disso. Estou querendo entender o porquê da denúncia, qual é

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

a origem da denúncia, qual é a consistência da denúncia, como o senhor investigou o contrato, a que conclusões o senhor chegou.

Por exemplo, Diário Oficial de Amparo de sexta-feira, dia 19 de maio de 2017, é feito o Aditamento 083; objeto do aditamento, contrato nº 642, de 2015; pregão presencial nº 132, de 2014, celebrado aos 16 de janeiro de 2015 entre o município de Amparo, o contratante, e como contratada a empresa Gamp, Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde pública, especializada em prestação de serviços médicos para o atendimento na Rede de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, com o fim de prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo período de nove meses; contratada Gamp, prazo tal, valor de dois milhões, cento e setenta e sete mil, Amparo, 17 de abril de 2017.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem assina, por favor?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Isso aqui é uma publicação no Diário Oficial, sem assinatura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não consta assinatura?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não, mas eu posso entregar para o senhor.

Veja só, esse Aditamento de nº 083 - não fica claro se é o aditamento nº 1, 2, 3 ou quanto, mas ele está aqui nominado como Aditamento nº 083. Ele trata exatamente do contrato que foi o objeto de análise por parte do senhor?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Até o terceiro aditamento, nas poças de irregularidades, consta desde o primeiro até o terceiro aditamento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E essa numeração, Aditamento 083, o que explicaria essa numeração?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - 083?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É que a letra está bem miudinha, mas então pode ser que seja 003, então? O senhor analisou até o 003?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Até o terceiro.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o valor que o senhor investigou é exatamente esse, de dois milhões, cento e setenta e sete mil?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Do terceiro, o senhor fala?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É, o único que eu tenho aqui em mãos é esse, não sei. Eu não conheço os outros aditamentos.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Qual o valor que o senhor disse, deputado?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Valor que consta aqui. A letra está muito miudinha, mas são “dois milhões, cento e setenta e sete mil e dez centavos. Amparo, 17 de abril de 2017.” É órgão oficial, jornal oficial de Amparo, sexta feira, 19 de maio de 2017.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Dois milhões, cento e setenta e sete? É o nº 3.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse é o 3, e foi esse que o senhor analisou?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Analisei todos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, eu, até agora, sinceramente, não consigo entender a que conclusões o vereador e o médico chegaram.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Eu acho que nós precisamos ter a íntegra da representação feita por ele, dos anexos apresentados. Não há dúvida de que, a meu ver, o Gamp foi contratado pela Prefeitura na condição de organização social, que havia uma controvérsia a esse respeito, mas também não sei se chegou alguma coisa importante na sua investigação. Em tese, não há nenhum problema de a Prefeitura contratar uma organização social, e pagando esses valores para cuidar da Atenção Básica. A não ser que o senhor tenha identificado, conforme o senhor relatou aí, ou direcionamento de licitação, ou então ausência de estudos que justificasse os valores e coisas do tipo.

Queria então propor a V. Exa. que nós tenhamos cópia da íntegra da representação.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E que tanto o Ministério Público, como o Tribunal de Contas, nos informe se entenderam como consistentes as denúncias, ou não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou até solicitar à Dra. Marcela, do Tribunal de Contas, se ela tem alguma informação sobre isso. Se tiver, por favor, se dirija até o microfone para que fique registrado, por gentileza, Dra. Marcela Pégolo da Silveira, do Tribunal de Contas.

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Boa tarde. Primeiro, eu queria falar que fiz uma pesquisa rápida no processo eletrônico. Não é da área que nós atuamos lá especificamente, que é o terceiro setor, mas existe, sim, o processo, tanto da fiscalização do contrato, como uma representação feita pelo vereador, que acompanha o contrato. Então, foi acolhida pelo Tribunal de Contas, mas ainda não foi julgada, está em trâmite, tanto o contrato quanto a representação. Tenho o número dos processos aqui para deixar para os senhores.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não foi acolhida, foi anexada ao processo?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - O Tribunal, quando entende que não deve ser recebida, ela nem entra para ser acompanhada com o processo, então foi recebida pelo Tribunal, mas não foi julgada ainda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito. Não há manifestação nenhuma do Tribunal?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Está em trâmite. Há manifestação da fiscalização. A fiscalização fez a análise dos documentos, tanto do contrato inicial quanto da representação, e opinou pela irregularidade. A fiscalização...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Do contrato original?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Isso, do contrato original.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E ele não foi julgado ainda?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Só que ainda não foi julgado pelo Tribunal. A fiscalização opinou pela irregularidade, concordou com as propostas alegadas na representação, mas ainda não foi decidido pelo Tribunal, estão em trâmite os dois processos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É comum o Tribunal decidir em contrário ao que sugere a fiscalização?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Pode acontecer, sim. Eu já vi acontecer, mas vai depender de cada caso, o que for contado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Exatamente, mas a minha pergunta é se é comum ou se é algo raro, nunca...

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Não, não é comum.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não é comum?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Depende das denúncias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu sei, estou falando, dependendo das denúncias, ao longo do tempo, é de 10%, 15%, 20%, é de 90 por cento? Quantos por cento?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Dr. Barros, eu não...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Há quanto tempo a senhora trabalha lá?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Há cinco anos. Eu não posso lhe falar...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora sabe perfeitamente se é comum os julgamentos não levarem em conta a manifestação da fiscalização.

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Eu trabalho em uma área específica, então eu não tenho a análise do Tribunal como um todo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então a senhora não tem a resposta a essa afirmativa?

A SRA. MARCELA PÉGOLO DA SILVEIRA - Não, não tenho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ok, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, doutora, pelas informações importantes que a senhora deu. Devolvo a palavra ao deputado Carlos Neder.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A última questão é relativa ao pregão presencial nº 132/2014, analisado pelo vereador. Quais foram as outras organizações sociais que disputaram com o Gamp este pregão?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me recordo dos nomes das outras, Excelência. De cabeça, não vou saber lhe dizer.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, quando o senhor fez uma análise, o senhor se preocupou especificamente com a OS ganhadora? Não houve da sua parte nenhuma preocupação em relação àquelas que perderam, em tese, esse pregão presencial?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então a sua denúncia não partiu de nenhuma das perdedoras?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Nenhuma.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Passo a palavra agora ao nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem era o secretário da Saúde de Amparo quando o contrato original foi assinado?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - O contrato do Gamp?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foi assinado pela Michele, em conjunto com o Celso Manzolli, que substituiu o prefeito à época.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E o primeiro aditivo, o segundo e o terceiro?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - A Michele se ausentou das atividades, e a Sílvia, que acabou ocupando o cargo de secretária, assinou os outros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O secretário assinou como contratante? A Michele assinou como contratante? Foi ela quem contratou o Gamp?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Há um prefeito, não é?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O prefeito. Ela assinou como o quê?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Secretaria de Saúde.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nenhum contrato foi assinado pelo Helio Favoretto?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Como testemunha.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E a Michele não foi como testemunha também?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Se foi o prefeito que assinou, ela assinou como o quê? (Pausa.) Oh, comandante, comandante, a coisa está ficando grave. Oh, comandante, está parecendo...

Quem fez a denúncia para o senhor? Foi o senhor mesmo?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor que redigiu?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Com muita dificuldade...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor redigiu a denúncia?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu redigi, com muita dificuldade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem redigiu a denúncia para o senhor?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - E solicitei a alguns amigos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem? Quem fez a denúncia para o senhor assinar?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, fui eu mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor é quem redigiu a denúncia?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Em algumas partes técnicas, eu pedi para quem tem conhecimento técnico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Para qual advogado? (Pausa.) Para qual advogado? Por favor, depoente. O senhor está aqui sob a obrigação de falar a verdade. O senhor já mentiu bastante.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu tenho vários amigos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Qual o advogado? O senhor não sabe qual advogado orientou o senhor?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não sabe? Não sabe o nome do advogado?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Precisava sair preso daqui. O senhor está mentindo deslavadamente. Como o senhor não sabe o nome do advogado que assina uma representação dessa contra um prefeito no Tribunal de Contas? O senhor está mentindo deslavadamente!

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Fui eu que assinei, deputado. Fui eu que assinei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Como?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu que assinei essa minha...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, e quem orientou? O senhor acabou de dizer que foi o advogado que orientou.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, não foi um. Eu tenho vários amigos. No decorrer...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Qual deles? O senhor não se lembra?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu não me lembro.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor também não se lembra de quais empresas concorreram?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sabe quantas concorreram?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Três ou quatro empresas.
Não me lembro também.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vou lhe informar: foram seis empresas concorrentes. Qual era o valor do contrato? Até que valor podia ser feito o contrato?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não sabe?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por quanto foi contratado?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Também não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É brincadeira... No que foi transformada a nossa pobre CPI?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não, mas nós não temos culpa; do depoimento, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Tem, tem, tem. Esse contrato.. Trazer aqui para ser objeto de uma CPI de OS.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Com licença, Sr. Presidente. Nós vamos conversar sobre isso. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós recebemos uma denúncia aqui, como recebemos várias, e estamos fazendo as convocações, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Está bem, está bem. É coincidência que seja de Amparo e coincidência que seja de Guarulhos. Tudo bem.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência me permite só uma pergunta?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Permito. Eu gostaria de entender por que esse senhor está aqui.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu também quero entender. Eu queria entender direito o papel da Sra. Michele. Quer dizer, afinal de contas, ela compõe a direção do Gamp, e o senhor está dizendo que ela assinou na condição de secretária? É isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Presidente, acho que essa pergunta ela vai esclarecer. Acho que ele, não por nada. É lógico que vai.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É, porque é estranho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não sabe o valor, então, do contrato?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu não me lembro agora.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por quanto foi assinado? Dos aditivos, o senhor sabe? Dos aditivos que o senhor questionou, o senhor sabe?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Também não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Também não sabe.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro. Não lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Acho que vou perguntar o seu nome. Talvez o senhor saiba. Como é que o senhor se chama?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Geraldo Afonso Moreira Gomes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Parabéns. Parabéns. Mais uma pergunta: quando o senhor apresentou essa denúncia ao Tribunal de Contas, o contrato já estava rescindido entre a Prefeitura e o Gamp?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não estava. Não estava rescindido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Em que data o senhor apresentou a denúncia?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu apresentei essa denúncia ao Ministério Público no dia 25/10/2017.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Em 25/10/2017 o senhor apresentou a denúncia?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - 2017.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O contrato com o Gamp foi rescindido pela Prefeitura de Amparo por prestação de mau serviço, não foi contratada como organização social em hipótese alguma, foi contratada como uma prestadora de serviços médicos. O Gamp é que geria todo o serviço de Saúde do município de Amparo.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Só o município. Depois ela foi para a instituição filantrópica, no caso de Santa Casa, mas...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Do município, todas as unidades ela geria ou só fornecia médicos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Fornecia médicos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só fornecia médicos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Só fornecia médicos. A gerência era da Michele?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - A gerência era municipal.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não geria o serviço de Saúde? O contrato não era de gestão?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não era de gestão?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não era de gestão.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ótimo; não era de gestão. Então não é de OS. Ela participou como todas as outras empresas privadas como uma empresa prestadora de serviços, certo?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim; o senhor está dizendo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu não estou dizendo. Eu estou perguntando para o senhor. Estou certo do que estou falando, até porque o senhor sabe. O senhor é médico.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Nesse ponto de vista, sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Como?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Nesse ponto de vista, sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito. Ótimo. Está ficando interessante. Eu queria dizer para o senhor que o contrato foi rescindido no dia 28 de junho de 2017.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, o contrato foi rescindido. Na verdade, eu só não protocolei antes a denúncia pelo fato de que os requerimentos solicitados à Prefeitura... Alguns documentos demoraram a vir. Então, foi protocolado no dia 25/10, quando nós terminamos de fazer a denúncia, mas ele já tinha sido - como bem lembrado pelo senhor - rescindido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Já tinha sido rescindido.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Rescindido. Só que no terceiro aditamento, como nós esperávamos ser prorrogada, então se manteve um prazo maior para poder terminar a denúncia.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou registrar a presença, com muita alegria, do nobre deputado José Américo. Obrigado. Devolvo a palavra ao deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Também saúdo o nobre companheiro e amigo, deputado José Américo.

Doutor, qual é o prazo que a Prefeitura tem para responder qualquer tipo de indagação ou solicitação de documento?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Quinze dias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor reclamou da Prefeitura não ter entregado no prazo algum documento?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não reclamei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque foram transcorridos, entre a rescisão...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Mas ela pode pedir uma prorrogação de prazo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E ela pediu?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pedi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por escrito?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - O requerimento sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A Prefeitura de Amparo solicitou...

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Os documentos... Não, os documentos que entram na Casa, há um prazo de 15 dias para que respondam ao Legislativo, podendo ser prorrogado...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso. O senhor pediu. O senhor requereu.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Requeri.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está documentado que o senhor requereu documentos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E eles foram fornecidos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foram fornecidos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quando?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu não me lembro da data.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quando o senhor pediu?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Quando eu pedi os documentos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eles foram atendidos, mas não me lembro da data.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então, o senhor pediu, e foram atendidos no prazo?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, no prazo, podendo - não nesse caso - ser estendido...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu estou perguntando objetivamente. O senhor entrou com uma representação em outubro, o contrato foi rescindido em junho. Por que dessa demora?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Para eu terminar, eu não tenho conhecimento técnico, como havia dito ao senhor, então eu precisaria...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, então o senhor estava fazendo a sua denúncia?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Terminando a denúncia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Terminando a denúncia, de junho a dezembro?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Com a ajuda de quantos advogados? Um só ou dois? Quantos advogados ajudaram o senhor?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Quantos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quantos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Alguns.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Alguns advogados ajudaram o senhor.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não foi dezembro. Foi 25/10.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - 25/10.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não foi dezembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então, de junho a outubro são exatamente quatro meses, não é? Mês seis e mês dez. Muito bem.

O senhor trabalha atualmente no Pantaleão, não é isso?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Atualmente no Pantaleão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Qual é o seu horário de serviço?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu entro às 7:30 e saio às 16:30.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E o senhor também é plantonista na Santa Casa Anna Cintra.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não sou mais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Até quando o senhor foi? De quando a quando o senhor foi plantonista da Santa Casa...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não entendo o que a ver essa pergunta com a denúncia do Gamp.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, eu vou explicar, eu vou explicar, eu vou explicar. O senhor vai respondendo que eu vou perguntando. Assim que funciona aqui: eu pergunto, e o senhor responde. Agora, quando o senhor não quiser, o senhor fala “não quero”. Tenho problemas para responder. Também pode falar isso, porque o senhor sabe que tem problema.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então, responda: de quando a quando o senhor foi plantonista da Santa Casa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu acho que até o mês de maio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - De quando?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Deste ano.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Até maio de 2018? O seu plantão era de que horas até que horas?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - O meu plantão?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Das 19 horas às 7 horas da manhã.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Às sete da manhã.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Isso, sempre nos períodos noturnos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor está denunciado no Ministério Público por alguma razão, em função do seu trabalho na Santa Casa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Estou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Estou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor pode dizer por que o senhor está denunciado no Ministério Público?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Na verdade, é uma denúncia anônima que entrou no Legislativo, muito estranhamente e coincidentemente, na época em que começaram as minhas denúncias... Até hoje eu continuo protocolando as minhas supostas irregularidades ao que seja, independente do prefeito que ali esteja.

Foi uma denúncia anônima, de forma caluniosa, e que já se encontra no CRM. Foi também encaminhada ao Conselho, falando que eu abandonava os plantões no horário das 3 horas da manhã às 7 horas da manhã. Isso - abandono - nunca aconteceu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O que aconteceu?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Na verdade, isso já foi explicado, isso já está na Justiça. Inclusive, eu também já entrei na Justiça contra a instituição. Nós dividíamos horário: eu e meu colega de plantão. Aliás, o senhor pode chamar as pessoas que trabalhavam ali comigo, todas que o senhor quiser. Eu nunca tive

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

nenhum problema na Santa Casa, nem de prejuízo aos pacientes, nem à instituição e nem à diretoria a qual se encontrava.

É nesta época agora que começaram essas perseguições ferrenhas, então foi dado como abandono de plantão; que eu saía às 3 horas da manhã e ia para a minha casa - eu moro ao lado -, e meu colega ficava de plantão, mas isso era um acordo entre nós plantonistas. Enfim, não tenho nada para esconder, porque jamais...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A Santa Casa sabia disso?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sabia; todos sabiam.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sabiam?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Todos sabiam.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Isso é o famoso jeitinho brasileiro; é o chamado gomo. É lamentável que, na minha profissão, os meus colegas ajam dessa maneira. Isso é totalmente irregular, não é aceitável que haja a divisão do plantão entre os profissionais. Se dois foram contratados para ficar integralmente no plantão, não há que dividir o horário em que um fica e o outro sai.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E o pior...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Outra questão, Sr. Presidente, não existia contrato, não existia nada. É totalmente irregular mesmo, tanto que esse é o motivo que foi chamado, inclusive...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas a Santa Casa fechou contrato nesses termos?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não tem contrato, não tem como fechar contrato.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O horário era das 19 às 7.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não existe contrato, nunca existiu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não tinha horário de trabalho?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Desculpe, para não cometer nenhuma injustiça, como foi, então, que se chegou a esse acordo?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, isso não sempre; isso era algumas vezes, mas, por exemplo, tinha amigos... Nós tínhamos, de vizinho... à noite, era mais tranquilo, então nós conseguímos fazer o plantão, e meu colega saía das 11 às 3, e eu das 3 às 7. E isso já foi arrolado, já está na Justiça.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Qual o nome do seu colega? Qual o nome do colega que fazia esse acordo com o senhor?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Qual o nome?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Dr. Salama.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Doutor o quê?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Salama.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas o nome.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Salama! Só Salama;
Mohamed Salama.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mohamed Salama. Esse médico é que fazia...

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Inclusive em carta por escrito, já foi...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não ia bem para sua casa, não, não é?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu ia para minha casa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ia para sua casa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sempre fui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nesse horário?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Neste horário. Tinha uma criança pequena, na época.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Tudo bem. Isso, realmente, não vem ao caso. Mas o senhor sabe por que a Prefeitura rescindiu o contrato do Gamp? Quais foram os argumentos? Porque a rescisão foi unilateral.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foi unilateral.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E foi por quê? O que a Prefeitura alegou para rescindir, unilateralmente, um contrato?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não sabe? A Prefeitura não disse à população por que estava rescindindo um contrato? O senhor é vereador lá ainda?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Ainda sou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor já era? E o senhor não soube, como vereador, por que estavam rescindindo um contrato? Não soube? Não sabe?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não me lembro por quê.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não tem acompanhado, como o senhor disse, o andamento, nem do Ministério Público e nem do Tribunal de Contas, é isso?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer aqui a juntada aos autos...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Se é que esse depoimento vai ser considerado legal, porque nós estamos novamente sem quórum, de várias anotações diárias da burla que o depoente fazia, com relação ao seu horário de trabalho. E há o comprovante de que ele afirmava que ficava até às 7 horas da manhã, quando, na realidade, ele saía às 3 horas.

O senhor conhece a D. Silvana?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Silvana?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não trabalha no ponto da Santa Casa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Silvana, não. Não conheço.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não? Quem trabalha no ponto da Santa Casa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não tem ponto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não? Que a faz anotação?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - São várias, eram várias. Era a recepção que fazia isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor não sabe, então, quem era que anotava o ponto?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque era sempre a mesma pessoa, não é?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, eu também não sei de que forma esses documentos saíram da instituição. Isso é uma coisa, deputado...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Anonimamente. Assim como o senhor recebe documentos anônimos, eu também recebo.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu não recebia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu recebi anonimamente, está aqui.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - É, anonimamente. É esse mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É isso.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - É isso que está no Ministério Público, é isso que já está sendo julgado na Justiça.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É anônima.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - É isso aí.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então vou pedir...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos fazer a juntada, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por favor.

O senhor é médico da Prefeitura de Amparo há quanto tempo?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Vai fazer nove anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nove anos. O senhor já passou por diversos setores da Saúde da Prefeitura, ou não?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, eu só, no início do mandato do governo do prefeito atual, fui convidado a ocupar a Vigilância Sanitária, uma coisa que não deu certo no decorrer do tempo, pelo fato que eu ainda cobria muitos médicos que faltavam, nessa época. Então, voltei, foi melhor voltar para ocupar o meu lugar de fato. Não foi muito tempo, não, deputado.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Finalmente, o senhor tinha algum relacionamento bom, algum relacionamento agastado com a Michele, que era a diretora?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, nunca tive. Na verdade, meu relacionamento...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nem a sua não assunção à chefia da Divisão Sanitária provocou nada?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, nada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Pelo contrário. Eu e a Michele tivemos sempre um bom relacionamento. Algumas divergências, algum acontecimento pontual, isso ocorria, mas nada nesse sentido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mesmo nessa fase em que estava ocorrendo, segundo o senhor, algumas pequenas irregularidades no contrato com o Gamp e quando ela era secretária?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não teve problema dessa monta?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, não tive problema. Acho que são os problemas normais que os funcionários, enfim, se deparam durante essa trajetória, mas nada pessoal.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só para terminar e ficar bem claro: o senhor tomou conhecimento desses fatos depois do contrato extinto?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Depois do contrato rescindido, ou antes?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Antes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E não tomou nenhuma providência?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, no momento que eu já tomei a ciência é que eu comecei a requerer as informações e os documentos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quando foi isso?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Foi logo no início do meu mandato.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quando?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Uns três ou quatro meses após o início.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Do início do seu mandato de 2017?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aí o senhor já tinha conhecimento?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Tinha.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E denunciou?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Denunciei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, denunciou em outubro?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Sim, como eu havia dito aos senhores.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Antes disso, o senhor ficou quieto, ou fez o quê?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Não, fiquei colhendo as provas, os documentos para mim...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não foi à tribuna, não falou, não apresentou requerimento, não foi à imprensa, não foi indagado pela imprensa?

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu não tenho esse perfil, Vossa Excelência. Não tenho esse perfil.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É tristemente lamentável que a gente passe por uma situação desta. O senhor mentiu deslavadamente. Eu não vou requerer que o senhor saia preso daqui, porque também não vai adiantar nada. O senhor é só mais um, entendeu? Mas o senhor volta para a sua querida Amparo e a minha querida Amparo, da qual tenho grande orgulho de ser cidadão, enxovalhado, viu? Enxovalhado, porque veio aqui e mentiu deslavadamente, deslavadamente.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pergunto aos Srs. deputados: há mais algum questionamento?

Nobre vereador, o senhor quer fazer mais algum esclarecimento, considerações finais? Fique à vontade.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Eu tentei ser o mais claro possível, dentro da verdade, e agradeço por terem me chamado para alguns esclarecimentos. No mais, podem fazer a requisição das denúncias, tanto no Ministério Público e no Tribunal de Contas, na íntegra, e entender o porquê da representação.

O SR. PRESIDENTE EDMIR CHEDID - DEM - OK, muito obrigado. Agradeço a sua presença. Bom retorno.

O SR. GERALDO AFONSO MOREIRA GOMES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE EDMIR CHEDID - DEM - Dando sequência, vamos ouvir agora a Sra. Michele Aparecida da Câmara Rosin, presidente do Conselho Executivo do Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública, Gamp, a quem eu solicito que se assente. Ela apresentou um requerimento. Ela está acompanhada; que o seu advogado Luiz Antônio de Almeida Alvarenga possa acompanhar a sessão. Se quiser, doutor, pode sentar aqui ao nosso lado para acompanhar.

Há uma outra solicitação também para que o Sr. Marcelo Bósio, uma vez que participa diretamente da gestão de contratos de Saúde... Está retirando essa? OK. Muito bem.

Vamos dar sequência. Foi o nobre deputado Carlos Neder. Vou pedir rapidamente para que a Sra. Michele, por favor, preencha o termo de compromisso de depoente, como é normal aqui na CPI, daqueles que foram convocados. Obrigado, Michele.

Antes de dar a palavra àquele que requereu, até para dar ciência que temos feito isso em outros casos e estamos tentando mostrar até para que os deputados saibam, matéria que deve ter originado... Porque se o nobre deputado Neder não o fizesse, faria eu o requerimento. Uma matéria que saiu na Rede Globo sobre o Gamp.

É rápido, nós encurtamos para ver só o que é Gamp para facilitar, porque a matéria tem 12 minutos falando de OSs no Brasil inteiro.

* * *

- É exibida a matéria.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Essa foi a matéria que conseguimos colher. Passo a palavra ao nobre deputado Carlos Neder, que é o autor do requerimento.

Antes disso, gostaria de passar a palavra para que ela se apresentasse, fizesse as suas considerações iniciais, por favor.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Obrigada, deputado, presidente, todos os deputados presentes e aqueles que também estão para hoje ouvirem um pouquinho sobre esta CPI.

Meu nome é Michele, sou da cidade de Amparo. Nasci e morei em Amparo por muito tempo até desempenhar uma nova função e galgar novos espaços na cidade de São Paulo.

Durante o processo que tive acesso para a convocação, para vir até aqui prestar esclarecimentos, basicamente há um contrato de Amparo, o qual era gestora e ex-secretária de Saúde na época e também sobre denúncias que represento a atual empresa Gamp, do programa “Fantástico”. Com relação ao período de secretária, gostaria de salientar que quando entrei na Prefeitura, no ano de 2013, na primeira gestão do mandato do prefeito Jacob, as unidades básicas encontradas por mim naquele momento e pelo prefeito eram caóticas.

O sistema básico não funcionava. A ausência de médico era intermitente durante o período total do trabalho daquelas unidades. Nós somos formados com uma Atenção Básica de 18 PSFs, 15 unidades básicas, dentre elas faltavam por volta de dez médicos para atendimento diário daquela população. A ausência desses médicos no momento em que assumimos o contrato, obviamente o nosso comandante, o prefeito na época, determina que seja feita a abertura de um concurso público imediatamente para a substituição e reposição desses médicos faltantes.

Oriundo a esse, há de se prosseguir dentro dos autos do processo, pode se verificar que esses concursos públicos se findaram inválidos, ou melhor, não tiveram êxito necessário para a cobertura da necessidade da Atenção Básica.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Obviamente que para qualquer gestor comandante ou qualquer pessoa que está no cargo de gestão pública, a sua função principal é lidar com os problemas e transformar problemas em soluções para aquela população e, de fato, a nossa equipe se debruçou em tentar entender o que acontecia e como acontecia para conseguir suprir a necessidade de atendimento daquela população.

Dentro desse período, foram várias alternativas tentadas, dentre elas a prestação de serviço médico dentro da unidade básica por contratação direta e novos concursos públicos que, de fato, também foram efetivados. Nesse momento, tentamos diminuir o impacto da Atenção Básica da não assistência no sentido de que consigamos ter coerência no atendimento e diminuir a demanda espontânea nas portas que temos de dois hospitais, que são a Santa Casa e a Beneficência Portuguesa, que trabalhavam com mais de 300 atendimentos diários em suas portas, demandando uma necessidade que elas não conseguiram atender por causa da ineficiência da Atenção Básica.

Também venho em seguida representar a organização em que atualmente eu trabalho com relação às denúncias que ora estão ofertadas no programa “Fantástico” e provavelmente na própria mídia ou no Google, onde as encontramos.

Fico à disposição e espero ser o mais clara, objetiva e tentar responder todas as perguntas e, caso eu tenha alguma pergunta que não é do período da gestão que estou na empresa atual, obviamente me coloco à disposição de fornecer todo e qualquer documento para que esta CPI tenha lisura e transparência na decisão que ela venha a tomar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, Michele. Passo a palavra agora ao deputado Carlos Neder, autor do requerimento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentá-los e perguntar se a senhora é médica ou qual é a sua formação.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Eu não sou médica, minha formação é de administradora de empresas. Depois, por consequência, fui fazendo outros cursos que findei na Gestão Clínica, na Gestão em Saúde Pública, da Administração Hospitalar e cursos por conseguinte em pós-graduação.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Na iniciativa privada a senhora atuou em que empresas?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Eu iniciei a minha vida aos 16 anos como carregadora de caixa em um supermercado. Minha mãe sempre incentivou os estudos. Após isso, eu fiz uma faculdade com bolsa, paguei a faculdade de Administração de Empresas. Nesse momento, eu já trabalhava numa entidade que é o hospital da região que tem lá, que é a Santa Casa.

Nesse hospital, eles também apoiaram que eu mantivesse os estudos. Nele, eu consegui fazer mais três pós-graduações, dentre elas a pós em administração hospitalar e, consequente, depois que eu saí desse supermercado eu entrei nessa Santa Casa e lá eu fiz a minha vida até sair para ser secretária de Saúde.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A senhora foi secretária de Saúde em qual período?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Do ano de 2013 até 2016.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o vínculo da senhora com o Gamp foi posterior a isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Posterior a isso, logo após a minha saída da Prefeitura.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A senhora exerce exatamente qual função hoje no Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Atualmente, eu aceitei o mandatário de presidente estatutária da empresa.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E quem é ou foi - porque eu não sei se está vivo - o Sr. Brayan Souto Santos?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - O anterior presidente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Ele ainda está vivo, é jovem?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim, é vivo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E a sucessão na Presidência executiva do Gamp se deu quando?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Este ano, 2018, agora.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então a senhora é presidente a partir de agora?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - A partir de agora.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E, antes disso, a senhora ocupava outra função?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Ocupava uma outra função. Na verdade, era diretora financeira da empresa.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Essa função de diretora financeira estava vinculada a esse município, que é Amparo, ou estava relacionada a outros estados e municípios em que o Gamp atua?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Relacionada ao grupo corporativo, a todos os contratos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vocês costumam chamar “o Gamp” ou “a Gamp”?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - “O Gamp” pelo artigo do Grupo, então usamos “o”.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Certo, porque a nomenclatura que aparece de “gestão de Saúde focada em resultados”, então isso é a missão, não é?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, é um “slogan”. A missão é outra.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor Brayan Souto Santos também é de Amparo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Qual é a origem do Gamp? Ele surge em Amparo ou ele tem origem em outro município?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Eu vou contar um pouco do conhecimento que tenho. Se não for esclarecedor, eu posso buscar a história de fato mais clara para vocês. O Gamp se funda em 2006, em um bairro de São Paulo, São Mateus, na época dentro de uma comunidade e como uma associação. E lá ele desempenha a função de associação e, dessa função de associação, ele cria-se como organização social.

Ele é fundado aqui, na cidade de São Paulo, em um bairro, para fazer assistência social de oferta de consultas e exames, entre fins daquela comunidade que lá se localizava.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Já na origem tinha essa denominação, Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quer dizer que tanto o CNPJ como o nome são os mesmos da origem?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim, desde 2006.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E começou em São Mateus. Ele Foi qualificado como OS com base na lei estadual ou em leis municipais?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Lei federal.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Baseado na lei federal?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não há uma qualificação, nem junto ao Governo do Estado de São Paulo e, tampouco, junto aos municípios? Se o seu advogado quiser nos ajudar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Agradeço o uso da palavra. Na verdade, existem algumas qualificações municipais que são obtidas para que se possa exercer o serviço nessas cidades, mas a qualificação deles é federal e eles têm algumas qualificações regionais.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Os senhores tentaram a qualificação com base na Lei 846, de 1998, que é a lei estadual? Ou não houve essa tentativa?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Não houve essa tentativa.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu gostaria de pedir aos senhores que ofereçam à CPI as qualificações que o Gamp tem hoje em estados e municípios, para entendermos a abrangência do trabalho que os senhores fazem. Há vários CNPJs ou um único CNPJ?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Temos um CNPJ matriz e CNPJs de filiais, por necessidade de execução do projeto.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Tribunal de Contas do Estado não tem implicado com isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, essa é uma questão que me deixa um pouco em dúvida, porque, quando da vinda da SPDM, ela nos informou que houve uma ação, do Tribunal de Contas do Estado. Com 45 mil trabalhadores, eles tinham praticamente um CNPJ em cada Estado, e o Tribunal de Contas os obrigou a ter um único CNPJ. Foi dito que, até aquele momento, eles ainda tinham 3 CNPJs. Não tinham chegado a um único.

Entretanto, temos ouvido outras organizações sociais com uma multiplicidade de CNPJs. Não ficou claro por que o Tribunal de Contas do Estado entende que deva ser um único CNPJ, e por que há um tratamento diferenciado entre as organizações sociais. O que isso pode acarretar de dificuldade de controle? Não sei se o advogado poderia nos ajudar a entender qual é a necessidade de vários CNPJs. Isso ajuda ou dificulta, do ponto de vista da atuação da organização?

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Na verdade, existe um CNPJ principal, que é o da matriz. Existem inscrições suplementares, que são os CNPJs de cada um dos projetos. Na verdade, a principal função é segregar o dinheiro de

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

cada projeto. Por exemplo, existe esse projeto em Canoas, tem um CNPJ próprio, e existe uma conta própria, vinculada àquele projeto.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não vou me ater à questão de outros estados, porque vai além do que nos interessa neste momento. Fiz a leitura das denúncias relativas a Canoas, e a matéria veiculada pela TV Globo, no Fantástico, tratou da questão de Canoas, e a senhora aparece dando entrevistas.

Esse tipo de denúncia, sobre indicações políticas nas contratações feitas pelas organizações sociais, pessoas atuando como cabos eleitorais... Uma pessoa ali faz a queixa de que trabalhou e não recebeu, e aí passa a fazer uma crítica a todos os políticos, indistintamente, e à política. Qual mecanismo vocês têm para assegurar que há contratações com base em critérios objetivos, e que não haja indicações políticas, seja no Rio Grande do Sul ou em São Paulo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Primeiro, devemos esclarecer que, durante o período da matéria, ele trata de vários assuntos em um mesmo bojo, não separando o que ele está, especificamente, falando. Com relação aos mecanismos, a empresa adota o mecanismo da transparência. Ela está sempre focada dentro do nosso portal.

Trabalhamos todo o processo seletivo dentro da maior transparência possível, com a aplicação de todo o edital, das inscrições e da maneira como vai se dar o processo de contratação, explicitado, passo a passo, para todos os candidatos.

Não há segregação de candidatura e, nem mesmo, colocações ou pessoas sendo excluídas do processo do qual elas desejam participar. Os mecanismos também são da parte da própria Ouvidoria que, quando constatadas falas como essas de que tivemos relato, elas são verificadas. Automaticamente, se constatada a irregularidade dentro do processo, esse processo é extinto; e a pessoa, são tomadas providências com ela.

Infelizmente, as pessoas que falaram ali, não temos acesso a qual processo elas estão inscritas, e se, de fato, é com relação à empresa, porque eles misturaram algumas imagens com outras cidades. Toda vez que a empresa constata algo que vem em desacordo com a política que a empresa adota, as tomadas de decisões e as posturas são sempre as mesmas: rígidas com relação a isso.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Gamp participa do Fórum das OSs em São Paulo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Infelizmente, não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - “Infelizmente”, por que não foram selecionadas? Parece que há um grupo restrito que faz parte, não é? O que pesou contra vocês, para que não fizessem parte do Fórum?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, tentamos nos inscrever, mas, de fato, é um grupo selecionado e está fechado. Já fizemos contato com algumas das organizações, por exemplo, a própria Presidência, que faz o Comitê, para que possamos estar dentro ou, pelo menos, ser participante do mesmo. Estamos aguardando, até porque essa é uma discussão importante para nós.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Dr. Fernando Proença de Gouvêa, presidente do Cejam e do Fórum aqui esteve e falou algo que nos deixou preocupados. Disse que, se nas eleições municipais, eles fizeram um evento para ouvir os candidatos majoritários, este ano, eles estavam se programando para abrir espaço para alguns candidatos proporcionais.

Achamos isso muito estranho, o Fórum das OSs organizar um evento em que os candidatos, não sei de que partidos, poderiam ir lá - sejam eles candidatos a deputado estadual ou deputado federal - e apresentar as suas plataformas. Achamos isso muito estranho, porque elas funcionam com recurso público.

Se o debate entre os candidatos majoritários à Prefeitura já foi algo fora da curva, ele disse que, neste ano, eles não fariam com os candidatos ao Governo do Estado, mas que abririam o Fórum para que alguns candidatos lá comparecessem. A senhora tem conhecimento disso ou não?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não, não tenho conhecimento. A nossa intenção de participar de fóruns que falam sobre organizações

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

sociais é para a construção de uma lisura maior com relação à lei que estabelece o funcionamento delas.

É buscar empenhar, sempre, o foco de que, quanto mais transparente tivermos a organização social e as leis que tramitam da relação dela, entre a municipalidade e a organização social, ela for melhor e mais clara, mais fácil será para tramitar os recursos públicos entre os entes.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Gamp continua com sede em Cotia? Porque temos a informação de endereços em São Paulo, Brasília, Recife, Manaus e Florianópolis. Quais são, exatamente, os endereços do Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - A sede do Gamp saiu de Cotia a partir da nova legislatura, na qual eu presido a Presidência, e veio para São Paulo. Está localizado na Rua George Ohm, na Berrini. Lá fica o corporativo operacional e a Presidência. Os outros locais são sedes filiais que deixamos distribuídas para o acesso população ou de quem quer que procure os nossos serviços.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem. Procuramos informações sobre o Gamp. Há todo um portal, aliás, bem elaborado e de boa qualidade. Os senhores receberam o Comunicado nº 016 do Tribunal de Contas do Estado, obrigando a dar total publicidade a todos os dados relativos aos contratos de gestão, aos valores praticados e à remuneração das pessoas que atuam?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Desconheço, não recebemos. No entanto, eu gostaria de salientar a esta CPI que o nosso próximo portal, que nos próximos meses vai estar no ar, já contemplará esta parte da transparência. Mesmo não tendo sido notificado, já está indo ao encontro dessa necessidade.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, não é a primeira vez que detectamos isso. Não sei se o termo é Recomendação nº 16, do Tribunal de Contas do Estado. Ela não vem sendo observada. Informações relevantes - que são importantes para o trabalho da CPI ou para que os cidadãos possam acompanhar a atuação da OS

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

com recursos públicos - não estão disponíveis. Acho que seria importante que o Tribunal de Contas do Estado reiterasse isso junto às organizações sociais.

Como há, também, a Recomendação nº 19, que trata do Poder Público, observamos que há uma resistência do Poder Público em acatar a orientação do Tribunal de Contas do Estado e, da mesma forma, em cumprir a decisão do Poder Judiciário, que os obrigou a nos fornecer as informações sobre os trabalhadores públicos e não públicos que atuam nas OSs.

Veja que, se observarmos a resposta recebida da Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria e as OSs continuam com o discurso de que os particulares que com ela trabalham, seja na condição de pessoas físicas ou pessoas jurídicas, não devem dar satisfação com base na legislação. Isso está expresso no documento recebido. Portanto, é como se apenas os funcionários públicos devessem dar publicidade aos seus ganhos, mas aqueles que atuam em uma entidade privada, não.

Entretanto, não sei qual jurisprudência está sendo utilizada para que não tenhamos acesso à remuneração desses dirigentes. Hoje falei sobre a situação de um médico, cuja denúncia é de que ele estaria recebendo em torno de 90 mil reais. Apresentei um ofício pedindo a obtenção, por sugestão do Tribunal de Contas do Município, das informações junto ao Ministério do Trabalho, ao Fundo de Garantia e, também, junto à Procuradoria Geral da União.

Vou me ater, agora, à questão de Amparo. A senhora ouviu, aqui, a exposição feita pelo vereador, as denúncias formuladas por ele. No entender da senhora, há consistência? Alguma das denúncias motivou, por exemplo, uma atuação sua na condição de secretária ou elas são posteriores ao período em que a senhora foi secretária? Isso implicou em alguma mudança de procedimento dentro da organização social por entender que havia alguma validade nas questões levantadas por ele ou não?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sua pergunta é muito oportuna. Eu não reconheço e não admito nenhuma fala que ele fez aqui com relação a esse contrato.

Esse contrato foi aberto em 22 de setembro de 2014, após um concurso público “infundado” e não validado, sem nenhuma reação dos médicos que prestavam serviço no município de Amparo.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Da prestação, de 19 médicos que prestaram a prova e de 11 que passaram, que foram chamados, nenhum ficou nesse concurso público. A rede era caótica, não havia prestação de serviço. Nesse momento, a situação da Prefeitura era a de dar uma resposta à municipalidade, não (Ininteligível.) um gestor que faz uma ação que, depois, é criticada por aqueles que não fizeram a ação antes.

Ele, como médico de Atenção Básica, sabia muito bem disso, porque ele mesmo relatou que deveria ter que sair da Vigilância Sanitária para cobrir plantões ou fazer assistência na Atenção Básica. Então, é inoportuna a denúncia que ele fez. Outra, essa denúncia foi feita nesse contrato de prestação de serviço, não era de organização social.

Com relação à abertura do processo, que foi em 22 do sete de 2014, o processo se iniciou com uma média de valor de quatro milhões e alguma coisa, sendo fechado em dois milhões, trazendo uma economia aos cofres públicos, no final do contrato, de um milhão, seiscentos e cinquenta mil. Ou seja, a economicidade provada ao bolso da municipalidade.

Dois. Seis entidades participaram nessa prestação de serviço, pregão presencial. Nesse pregão, foram dados 161 lances para ter uma vencedora, sendo essa vencedora o Gamp, que foi, executou e prestou serviço durante a vigência do contrato.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Gostaria de fazer uma pergunta. Eu conheço a depoente e sei do trabalho dela, da capacidade dela, mas gostaria de fazer essa pergunta. Eu depreendi do que a senhora falou, Michele, que teria havido um tipo de um boicote da classe médica para que não houvesse mais médicos no serviço público. É isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - A sua pergunta é importante, deputado, e, por favor, pode me chamar de Michele, a gente tem uma vivência.

De fato, sim, quando o prefeito Jacob assume, ele assumiu uma prefeitura que vem de outro partido, o PT. Quando a gente assume lá, o partido do PSDB, houve um indício, no final do mandato do PT, de que todos os médicos tirassem férias e que todos os médicos, após as férias, pedissem demissão dos seus cargos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Por isso a rede se encontrava no caos que estava a partir de outubro, quando começaram a segregar todas as férias dos médicos das unidades básicas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A secretária era a secretária Aparecida Linhares Pimenta? Essa a quem a senhora está se referindo.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não da época.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quem era a secretária do governo do PT a quem a senhora se referiu?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Eu assumi na gestão da Carminha. Carmen.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Presidente, eu acho importante que as secretárias que atuaram no governo do PT sejam chamadas. Porque é exatamente por não querermos que haja uma disputa partidária, por querermos que o SUS seja fortalecido com caráter suprapartidário, que é importante que nós saibamos como, de fato, cada um agiu para bem atender a população. Então, caso seja esse o entendimento da CPI, eu me proponho a falar com ambas para que elas venham à CPI.

Para concluir, olhem a coincidência. Eu acabo de receber um ofício tratando do assunto que eu acabei de abordar, ele é assinado pelo Dr. Fernando Proença de Gouvêa, datado do dia quatro de setembro. Hoje é dia cinco.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, nós recebemos no início da CPI. Foi identificado...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pois bem, então veja só o que ele diz, acho que pela oportunidade é importante que todos saibam, inclusive a imprensa.

Ofício nº 700/2018, Cejam. Excelentíssimo Sr. Presidente da CPI das OSS, venho pelo presente, fazendo referência às respostas e esclarecimentos que fiz junto à comissão parlamentar de inquérito das OSS, para apresentar complemento às

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

informações prestadas por mim, Dr. Fernando Proença de Gouvêa, coordenador do fórum das OSS.

Procurei, durante o tempo da reunião, responder e explicar ao senhor relator - na verdade sub-relator - Dr. Carlos Neder, do processo, porém, senti que houve entendimento que não condiz com a realidade. Quando disse que as instituições estavam abertas por meio das reuniões do fórum para receber pessoas que tinham interesse na divulgação dos seus planos, foi entendido que estava convidando os candidatos para exporem seus planos de governo, isso não procede.

Na realidade, o que eu quis dizer é que as instituições estão abertas para receberem quem quer que sejam, cidadãos comuns, candidatos e políticos. Sendo que se apresenta, aproveitamos para externar nossa estima e consideração.

Atenciosamente.

Presidente, requeiro cópia das notas taquigráficas do que foi dito, porque foi tão explícito e eu achei tão estranho. Tudo bem que ele procure agora dar outra conotação, mas, mesmo assim, ele está dizendo que as OSs financiadas com recursos públicos estão abertas a receberem candidatos e políticos.

Eu acho que há uma legislação eleitoral que impede que nós façamos qualquer tipo de proselitismo político em estabelecimentos públicos ou financiados com recursos do erário.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, Excelência, vamos formular tudo isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu estou com uma audiência que eu já adiei várias vezes, faz quatro meses que estou precisando, são quatro municípios interessados, será que a gente conseguiria fazer uma combinação de terminar no máximo 15 para as cinco? Daria tempo, não é? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Neder?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Só fazer uma correção, a última secretaria que eu recebi um mandato foi a Ana Luiza, está bem? Passaram por lá a Caminha, a Pimenta e a Ana Luiza. Eu recebi da Ana Luiza.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, é importante essa informação. Tenho algumas questões. Alguém quer se inscrever? Eu tenho um questionamento aqui. (Pausa.)

Pois não, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu teria a seguinte: quantos concursos deram vazios ou não deram resultado antes da contratação do Gamp? Um, dois ou mais?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Dois concursos. Um logo que a gente assumiu o mandato, que é feito em seguida, e um segundo, no qual foi feita uma segunda tentativa, antes de fazer essa contratação de prestação de serviço médico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ok.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Michele, obrigado pela sua presença aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, já que terminou o questionamento...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu tenho alguns aqui, é rápido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas fique à vontade, por favor, tem a palavra.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, era depois só.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Michele, já a conheço faz tempo de Amparo, da região, admiro o seu trabalho.

Em que data você deixou a Prefeitura de Amparo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Minha exoneração foi no dia três de fevereiro de 2016.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Qual salário a senhora percebia, nessa data, lá no Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - No Gamp, não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não, depois. Você entrou no Gamp quando?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Desculpe. Entrei no Gamp logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quando foi?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - No mês de fevereiro mesmo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - No mês de fevereiro mesmo você entra no Gamp.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Correto.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E aí qual salário você passou a perceber no Gamp quando era diretora financeira?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Vinte e cinco mil reais.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vinte e cinco mil reais. Na Prefeitura você ganhava quanto com o secretário?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Cinco mil reais.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Cinco mil reais.

Hoje a senhora é diretora-presidente. Qual o salário que a senhora recebe?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Atualmente, como diretora estatutária, estou sob a lei que rege os salários dos magistrados, ou seja, só posso receber 70% do que eles ganham.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E quanto é isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Hoje, pelo salário do magistrado do Executivo, que é 32 mil, dá 18 mil reais.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Diminuiu o seu salário?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E qual a compensação disso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Dois motivos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O primeiro é que, na diminuição, está implícito que eu deixei de ser 25 mil reais por uma contratação por PJ e passei a ser 18 mil reais por uma contratação CLT. Quando eu faço todos os benefícios que a CLT vai privilegiar, no momento em que tenho as garantias legais das leis trabalhistas, ela chega ou perfaz quase o mesmo salário de PJ.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Você tem 18 mil e todos os descontos ainda.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, eu vou responder melhor: 22 mil, que dá os 70%, é bruto; 18 mil, líquido. Eu não fui clara na resposta. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi agora. Muito bem. Como se deu o seu ingresso no Gamp? Como foi o convite?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - A pergunta é oportuna, até para podermos esclarecer e para que, de fato, esses boatos que correm na cidade acabem.

Eu sou uma profissional do mercado, iniciei em uma instituição privada e fui privilegiada por um convite na iniciativa pública para desenvolver um cargo de gestão, o qual eu nunca tinha feito. Não sou partidária, não tenho partido, e fui com o cunho de fazer o melhor, dentro de uma gestão com iniciativa e pensamento privado.

Obviamente como uma profissional qualificada que sou, não me colocando a mais que ninguém, mas que, de fato, eu trabalho pra isso... Nos fóruns que participamos há sempre a conversa entre os entes que participam. Dentre eles, essa empresa, que estava trabalhando dentro da cidade, acabou conhecendo meus serviços, por intermédio da própria região de Saúde, nos próprios congressos, onde nós circulávamos como secretária, e, em meados de janeiro, ele fez um convite, quando eu estava de férias, se eu gostaria de trabalhar com a empresa.

Dentro do cunho e da iniciativa daquilo que eu tenho como princípio de vida, de tentar fazer o máximo possível para as pessoas, e trabalho na área da Saúde desde os

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

meus 18 anos, sei como é sofrível essa situação que vivemos da Saúde, e tendo a intenção de um patamar de abrangência de um território nacional, por óbvio, eu não pude negar a proposta. Além disso, a proposta financeira também era satisfatória e agradável.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para a senhora, tem algum dilema ético trabalhar em uma OS que, até pouco tempo, era incumbida de fiscalizar, que a senhora fiscalizava, de secretária da Saúde, mais do que isso, onde a senhora era autoridade da área técnica durante o processo de licitação, tendo inclusive justificada necessidade de contratação enquanto era secretária?

Quer que eu repita?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Poderia reformular?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não. Para a senhora, há algum dilema ético trabalhar em uma OS de Saúde que, até pouco tempo, a senhora era incumbida de fiscalizar, na condição de secretária de Saúde, mais do que isso, onde a senhora era a autoridade da área técnica durante o processo de licitação, tendo inclusive justificada necessidade de contratação enquanto secretária?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Com relação à contratação e à justificativa, ela se dá dentro da necessidade daquele município que vivia aquele caos médico naquele momento, o qual não tinha nenhuma relação com nenhuma empresa.

Então, a necessidade era clara, era justa e está explicitada dentro do processo, inclusive citando os concursos públicos que foram “infundados”, que nós tentamos. Com relação à questão ética, durante o meu processo de trabalho, como secretária de Saúde, nunca deixei de colocar ou estimar com qualidade e esmo aquilo que eu tinha que fazer como secretária de Saúde, seja a quem quer que for.

No sentido dessa mesma condição, o processo era tão lícito, que ele não se dava somente pela minha pessoa. Há de esclarecer a todos os deputados que o empenho

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

colocado dentro da Secretaria, naquele momento... Apesar de não termos o cartão digital, naquela época, nós criamos um fluxo onde todos os médicos que prestavam serviços, seja entre os concursados ou pela empresa, assinavam um cartão ponto, era validado pela enfermeira coordenadora do local da Atenção Básica, que se remetia à funcionária, que era a coordenadora da Atenção Básica do município de Amparo. Essa validava os cartões pontos que eram dos concursados e encaminhava ao RH, e aqueles que eram da empresa ela solicitava e designava o número de horas que deveriam ser cobrados, pagos naquele momento.

Ou seja, o processo tinha mais do que a minha pessoa sendo validado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Certo, mas, para a senhora, tem alguma um dilema ético a senhora trabalhar em uma OS, ser empregada em uma OS, logo após a senhora ter sido secretária e contratar essa OS como secretária de Saúde? A senhora tem um dilema ético quanto isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, eu não tenho nenhum dilema ético por dois pontos. Um, eu contratei uma organização social, a qual eu fiscalizei, e saí da Prefeitura para trabalhar nela, o qual eu não tinha mais a denominação de fiscalizá-la, e sim de cumprir o contrato.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quando terminou o contrato com o Gamp em Amparo, rescindida pela Prefeitura? A senhora lembra?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim, foi em junho de 2017.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Junho de 2017. Então, a senhora já era diretora ou presidente do Gamp.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim, diretora financeira.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O que aconteceu lá para ser rescindido o contrato?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, houve o seguinte, pontos fundamentais. Durante a execução do contrato, a prestação de serviço médico ora contratada, para uma Atenção Básica, vai aquém somente de ter um médico. A organização do médico passa não só pela questão de ter um médico, mas passa pela questão da organização da Atenção Básica como um completo.

Ou seja, não é só ter um médico: tenho que ter assistência farmacêutica; tenho que ter a enfermeira; tenho que ter os técnicos de enfermagem; tenho que ter a saúde bucal; tenho que ter o dentista; tenho que ter vários outros entes que colaboram com a questão da Atenção Básica no seu êxito. Então, eu, na empresa Gamp, só fornecia um ente dessa peça, que era o médico.

Com o passar do tempo, obviamente, com o valor que foi explicitado, pago aos médicos, e que os médicos recebiam, que ao contexto não é maior que os médicos concursados, nós começamos a ter dificuldade da fixação dos médicos, e isso é de suma importância para a Atenção Básica.

Ou seja, um médico, quando fixado com a sua unidade básica e com a sua comunidade, tem um relacionamento, uma facilidade do atendimento e de entender a população que ele atende.

Quando começamos a ter a dificuldade da fixação dos médicos, nós começamos a ter uma dificuldade da prestação do serviço com o município de Amparo, não podendo ter, a contento, aquilo que o município desejava, que era a fixação dos médicos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas, desde o começo do contrato, já não existia isso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - No começo do contrato, em 2015, logo quando assinamos, nós conseguimos, com alguns médicos, durante um ano e meio, uma boa fixação. Ou seja, tivemos médicos que ficaram fixados.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Com a janela que os médicos têm pra fazer as especialidades, nós perdemos base desses médicos, em torno de seis ou sete. Essa base perdida trouxe as dificuldades da fixação dos novos médicos. Com isso, tivemos dificuldade de execução do contrato.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A senhora chegou a multar o Gamp, penalizar em algum momento, em função da má prestação de serviço, no período que a senhora foi secretária?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - No período em que eu estava secretária, não houve a questão da não fixação dos médicos. Nesse período, tivemos uma boa fixação dos médicos e os médicos ficaram dentro das unidades básicas.

Isso começou na janela de 2016, meados de, por volta de junho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Depois que a senhora deixou a Secretaria.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Depois que eu deixei a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E que passou a administrar o Gamp.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Correto.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Daí o Gamp passou a prestar um mau serviço.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não digo um mau serviço, mas não a contento daquilo que a Secretaria desejava. Perante o contrato, eu prestava o serviço, colocação de médico. Perante a Secretaria, que queria uma questão da Atenção Básica, não.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas quem fez o objeto dessa licitação foi a senhora, não é?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - O objeto da licitação, que era a contratação de médico clínico, sim. A execução durante o processo é uma exigência da Atenção Básica. Esse é o relacionamento direto que todo gestor tem que ter com a empresa que ele contrata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A senhora já sabia disso.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Fatos. Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Claro. O Gamp tem alguma ação contra a Prefeitura de Amparo para receber algo que não tenha recebido?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não, o Gamp recebeu todos os valores que eram pertinentes ao contrato.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou terminar rápido, viu, deputado Barros? Pode ficar tranquilo.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Posso só fazer um... Não só recebeu, como pagou, e como não tem nenhum médico processando a Prefeitura por não pagamento. Só para observar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nem o Gamp? Ninguém está processando o Gamp em razão desse contrato em Amparo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Processo judicial, não.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem algum outro tipo de processo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Se tiver alguma solicitação de pagamento não realizado, ele faz a entrada no departamento. Temos que constatar se teve ou não execução do trabalho para a execução do pagamento, pois alguns médicos deixam de fazer o procedimento, que é coerente e normal dentro do cartão ponto, a assinatura, acabam não validando a sua escala, o que ocorre de não ter o pagamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Todos os dirigentes da OS recebem salário?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Os dirigentes estatutários, os que são acolhidos pelo Conselho de Administração, não, e aqueles que são operacionais, sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A senhora podem encaminhar toda essa relação posteriormente para nós, em um prazo de 48 horas? Acho que é fácil, tem um tempo razoável, com o salário de cada um, por favor.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Claro.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero comunicar aos senhores deputados que a Prefeitura de São Paulo acaba de nos encaminhar as informações solicitadas e determinadas pela Justiça, através daquele mandado de segurança também executado pela Procuradoria da Casa. As informações acabaram de ser protocolados aqui.

Quem convidou a senhora para trabalhar no Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - O convite foi feito diretamente pelo Dr. Cássio Souto Santos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele era o que do Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Ele sempre desenvolveu a função de presidente do Conselho Deliberativo da empresa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E lá em Aparecida, o que aconteceu com o Gamp?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Em Aparecida do Norte, nós temos um processo licitatório realizado, o qual se findou a empresa Gamp como vencedora.

Eu tenho indagações do Ministério Público, fortalecidas por uma questão do Google, o qual ela questiona a empresa, ela faz referências ao prefeito com relação ao processo, sobre a empresa. E todo esse ato se encontra, neste momento, dentro do departamento jurídico.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Posso prestar alguns esclarecimentos a respeito disso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Na verdade, existem duas ações civis públicas. Em um primeiro momento, existiu uma ação civil pública que foi ajuizada pelo Ministério Público, questionando o método de contratação. Foi publicado um edital dentro da cidade chamando os interessados em trabalhar com o Gamp. O Ministério Público questionou alguns desses critérios.

O Gamp, como entende, está sempre sujeito a aperfeiçoamento e tudo. Nós optamos - isso foi discutido bastante internamente - por não discutir com o Ministério Público. Então nós refizemos o edital seguindo a forma determinada pelo Ministério Público. Posteriormente...

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desculpe-me. Os senhores refizeram o edital?

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Não o edital, a contratação de quem vai trabalhar para o Gamp. Não o edital de licitação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O edital de qualificação de pessoal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Exato. Convidando os interessados em trabalhar para o Gamp.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. Agora entendi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - O Ministério Público, quando nós apresentamos uma nova versão que atendeu a todas as exigências do Ministério Público, ingressou com uma nova ação civil pública - isso é bem recente - , nos últimos dias. Nessa ação civil pública o Ministério Público, contra o Gamp, questiona alguns aspectos do procedimento licitatório.

Na verdade, a gente não tem nem conhecimento disso, até porque realmente não participamos disso. Tem uns questionamentos a respeito do procedimento licitatório e tem uns questionamentos em relação à qualificação do Gamp, justamente por causa de notícias veiculadas na imprensa.

Então, eles pediram que o Gamp fosse desqualificado e que o contrato com o Gamp fosse rescindido. Ele nem chegou ainda a se iniciar, porque, na verdade, o Gamp nem chegou a contratar as pessoas para executar. Então, na verdade, agora está suspenso. Há uma liminar nessa segunda ação civil pública que está suspendendo o contrato. Nós até vamos recorrer dessa decisão. Isso é bem recente. Nós pretendemos, inclusive, recorrer dessa decisão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela oportunidade, Sr. Presidente. Esse contrato é de gestão? É diferente do contrato com Amparo?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Completamente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não tem nada a ver com o contrato de Amparo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Nada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas é Gamp, não é? O Gamp. Mesmo CNPJ, mesma coisa?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - É da empresa Gamp.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem dois CNPJs?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não. É um CNPJ e suas filiais.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então é a mesma empresa, não é? A mesma OS.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E no município de Bom Jesus dos Perdões, o que aconteceu lá? Vocês têm alguma coisa a ver com aquilo?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - É da empresa Gamp. Não é da minha gestão, mas as notícias que foram colocadas é que é o mesmo confrontamento com todas as prefeituras quando não desejam mais a organização social. Geralmente elas colocam, indagam alguns processos e acabam desfazendo o contrato.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O Bom Jesus foi a mesma coisa, que é com relação à prestação de serviço médico. Também, lá, não era gestão, era só prestação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - OS, a mesma empresa.
Alguém lá foi preso?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Eu desconheço essa informação. Posso buscá-la.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desconhece. Se puder nos informar depois... A informação que temos é que alguns políticos lá, pessoas que administravam foram presas.

Tem uma ex-funcionária do Gamp, de Canoas, que fez acusações. Disse que a ex-diretora foi responsabilizada em uma sindicância da Prefeitura. Ela teria autorizado o pagamento por serviços não prestados por uma terceirizada. Ao depor nessa sindicância, a ex-servidora referiu a existência de apadrinhados políticos nas terceirizadas. A ex-funcionária denunciou o esquema e disse que foi ameaçada. O critério foi político.

Tem uma transcrição pela imprensa, que diz o seguinte - é um WhatsApp, pelo o que parece: “Bom dia. Segue algumas orientações à respeito de tudo que está acontecendo. Tu estás entrando em um mundo onde tu não tens condições de sobreviver. Onde tu pensas que está indo, já estamos voltando. Então caia fora. Tu está tendo a oportunidade de desistir de alguma denúncia que tu está pretendendo fazer. Pois se fizeres alguma coisa, ou tu vai te complicar, ou coisa pior pode acontecer. Ou a melhor solução, todos estão querendo ficar na boa contigo, tu podes ficar bem, e empregada. E muito bem. Fique na boa, e tudo vai ficar bem para todo mundo. Pense nisso.”.

O que a senhora diz disso aqui?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Ela não é funcionária do Gamp.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nunca foi?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ela é funcionária da Prefeitura.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Correto.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, mas é uma denúncia gravíssima, que está na imprensa. Tem coisa na Justiça, essa denúncia, Ministério Público? Nós pegamos pela imprensa.

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Ela é funcionária da Prefeitura, uma sindicância da Prefeitura e é uma denúncia dentro da Prefeitura. Por ser uma sindicância, eu mesmo desconheço os fatos que estão nela.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vocês empregavam apadrinhado político, que é o que falam?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou perguntar para a senhora, de novo. Vocês foram qualificados em Mauá? Não sabe? A senhora é presidente e não sabe onde está sendo qualificada?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Na verdade, tem uma parte de qualificação que não faz parte do meu período, que eu vou fornecer com todas as qualificações que o Gamp tem, que foi já solicitado aqui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vocês estão em tratativas com a Prefeitura de Mauá para participar de um processo que vai acontecer no Hospital Nardini?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não é e não podemos fazer tratativa nenhuma de participação. Participamos de editais publicados.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não tem nada lá? A senhora não sabe de nada de Mauá?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Se tiver edital publicado, está dentro do processo do setor de licitação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas a senhora não sabe se foi qualificada ou não, se buscou a qualificação lá?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não sei.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou fazer uma pergunta para a senhora. Vocês tentaram se qualificar no Governo do Estado para prestar serviço ao Governo do Estado?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A senhora acabou de dizer para o deputado que não. Na verdade, foi o advogado que respondeu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE ALMEIDA ALVARENGA - Na verdade, eu respondi que não temos a qualificação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desculpe-me, mas vocês ingressaram ou não?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Nós solicitamos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vocês solicitaram. E como está esse andamento?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Em processo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não tem ainda a qualificação?

A SRA. MICHELE APARECIDA DA CÂMARA ROSIN - Não estamos ainda qualificados.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, para informar a senhora, vocês foram qualificados na Prefeitura de Mauá. Vocês foram qualificados na Prefeitura de Mauá. A senhora é presidente e não está sabendo...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E de Mauá ela entende bastante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Claro, ela vem de lá. Excelente assessora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu conheço. Estou querendo elogiar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ainda bem. Agradecemos. A senhora é presidente de uma empresa e não sabe que está sendo qualificada em Mauá e que foi qualificada em Mauá. Desculpe-me, mas a presidente de uma empresa não sabe que está sendo qualificada. Precisa pedir para o pessoal informar a senhora para a senhora saber.

Veja bem o que está acontecendo em Mauá, porque a Prefeitura de Mauá não paga a OS, e a OS também é má prestadora de serviço, para que vocês não entrem em um problema lá, de não receber depois, como as OSs, às vezes, não recebem, as prefeituras não pagam, esse tipo de coisa.

Eu termino por aqui. Agradeço a sua presença, a do advogado, que prezo muito.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós recebemos já a resposta da Secretaria de Estado da Saúde ou só da Secretaria da Capital?

Então eu gostaria de propor a V. Exa. que a assessoria da comissão fizesse uma análise da resposta recebida, que, suponho, seja extensa, para nós avaliarmos se realmente há ou não informações importantes nas respostas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Certo. Por gentileza.

Quero comunicar que estamos recebendo a visita da Sra. Luciana Cristina Sargaço, que é secretária municipal de Cultura e Turismo de Águas da Prata, e do Sr. Fábio Ferraz de Campos, presidente da Câmara Municipal de Águas da Prata. Agradecemos a presença de V. Exas., acompanhando o nosso trabalho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, antes de encerrar, eu só queria dizer que tive a oportunidade, até pela minha participação na vida de Amparo e das cidades da região, de conhecer o trabalho extraordinariamente eficiente e correto da Michele. Eu não poderia deixar de dar esse testemunho no momento. Quero parabenizá-la pela sua atuação. Tomara que no Gamp a senhora seja tão bem sucedida quanto foi na Santa Casa Anna Cintra, que sofreu muito por ter perdido o seu concurso, e tão bem sucedida quanto na Prefeitura Municipal de Amparo. A senhora era uma secretária disputada pelo mercado, realmente, e disputada pelas prefeituras da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O nobre deputado Barros Munhoz tem razão. Eu sou testemunha do trabalho que ela fez lá, quer seja na Santa Casa...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - E olha que Amparo não é fácil, um dos epicentros da febre amarela no estado de São Paulo. A febre amarela tem a sua frequência em São Paulo em cinco cidades. Amparo é uma delas.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu só quero dar conhecimento e lembrar a todos os senhores e a imprensa de que amanhã, dia 06/09, no plenário Franco Montoro, a partir das dez e meia da manhã, nós teremos aquele evento da CPI, organizado em parceria com o ILP, Instituto Legislativo Paulista, de organizações sociais. Convido a todos.

Agradeço a sua presença e a do advogado, e solicito que encaminhe as informações. A CPI tem um prazo para terminar, para que os deputados recebam e façam o que acharem melhor.

Muito obrigado.

* * *